Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Todo o cuidado é pouco

Servidores do Planalto desconfiaram de pessoas sentadas nas antessalas e tentaram saber de quem se tratava. Eram ocupantes de cargos de confiança do governo Jair Bolsonaro que simplesmente ficaram por ali. Delicadamente, foram encaminhadas à porta de saída.

Difícil missão

Muito bem acomodado no primeiro escalão, o PSB terá dificuldades em emplacar os seus integrantes nas estatais e outros cargos. O partido, inclusive, já foi avisado.

Emplacou e desgostou

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, entrega hoje três nomes para assumir a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), área cobiçada também pelo PSD de Carlos Fávaro. O nome mais forte é Edegar Pretto, que esteve cotado inclusive para ministro. A Frente Parlamentar da Agricultura (FPA) preferia a Conab no Ministério da Agricultura.

Alckmin para acalmar

A alta na Bolsa de Valores foi vista como um alívio pelos ministros do governo Lula 3, mas não vem sendo atribuída apenas à declaração de Jean Paul Prates, futuro presidente da Petrobras, sobre não-intervenção nos preços do petróleo. Houve também o discurso seguro e em defesa da iniciativa privada e da reforma tributária feito pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, em sua posse como ministro de Indústria e Comércio.

Tempo esgotado

Vence hoje o prazo de 48 horas para que sindicatos e associações do setor de combustíveis e até o Instituto Brasileiro de Petróleo prestem esclarecimentos sobre a manutenção dos preços elevados, mesmo depois de o governo prorrogar a isenção. Se não explicar, punições virão.

O União da discórdia

O União Brasil terá sua primeira reunião no final deste mês e, a contar pelas conversas que dominam os bastidores, a tendência é mesmo de independência em relação ao governo. Isso porque os ministros anunciados, Daniela do Waguinho, Juscelino Filho e Waldez Góes não representam a maioria dos deputados. A esperança dos ministros é de que, até lá, eles possam ter força para tirar o eixo de poder das mãos do líder Elmar Nascimento (União Brasil-BA) ou acalmá-lo. A de Elmar, avisam seus fiéis escudeiros, é emplacar bons aliados em postos-chaves, como a Codevasf. A corrida para saber quem controlará o partido segue até o final do mês.

* * * * *

Com tantos aliados interessados nos "filés" do segundo escalão e o que isso passou a representar na correlação de forças da frente ampla e internamente nos partidos, o presidente Lula precisou antecipar a reunião ministerial. Melhor conversar agora do que deixar que essas rusgas virem uma crise de, como se diz no jargão da política, de vaca não reconhecer bezerro.



CURTIDAS

A queda de braço não cessa/ A bolsa subiu, mas, enquanto o governo não disser a que veio em termos de âncoras fiscais, o dólar não baixa. Entre os ministros, a ordem é manter o sangue frio, mas, na bancada do PT, nem tanto: "O mercado precisa descer do palanque", diz o deputado Henrique Fontana (PT-RS).

Ed Alves/CB/D.A Press



Vamos resolver com amor"

Do ministro da Justiça, *Flávio Dino (**foto**), sobre a divergência de opinião entre ele e o ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, a respeito da estratégia de retirada dos acampados da porta dos quartéis*

Elas vão ter que se entender/ Com a ex-ministra do Meio Ambiente Izabela Teixeira muito bem instalada na ONU e com muito trânsito internacional, a ministra Marina Silva pode ter em Izabela uma ponte para ajudar. O nome de Marina tem peso como representante da floresta, e Izabela tem fama de boa gestora.

Virou moda/ Dona Lu Alckmin, esposa do vice-presidente Geraldo Alckmin, saía do salão nobre do Planalto quando um menino da sua cidade lhe mostrou as meias coloridas. Alckmin fez escola com seu estilo divertido nos pés.

JUSTIÇA

Bolsonaro na mira de senadores da CPI

Parlamentares avaliam se acusações contra o ex-presidente podem ser encaminhadas para análise da primeira instância

Com o fim do foro privilegiado do ex-presidente Jair Bolsonaro, um grupo de senadores que compuseram a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 voltou a ventilar uma possível ofensiva jurídica contra o ex-chefe do Executivo. Na avaliação dos parlamentares, as investigações, que agora passariam a tramitar na Justiça comum, podem ganhar um novo rumo.

Parte da cúpula que apurou os indícios de corrupção e a possível negligência por parte do então presidente na condução da crise epidemiológica, acredita ser possível apresentar denúncias de supostos crimes cometidos por Bolsonaro ao Ministério Público Federal (MPF), responsável pelas investigações em primeira instância. O grupo é formado pelos senadores Randolfe Rodrigues (Rede) — vice-presidente da CPI e autor do requerimento para abertura da investigação — e Humberto Costa (PT).

À época, com base no foro privilegiado, o procurador-geral da República, Augusto Aras, pediu o arquivamento das investigações e não promoveu diligências mais aprofundadas. Com o fim do mandato de Jair Bolsonaro, um grupo de juristas ligado aos congressistas avalia se haveria uma nova acusação destacada do relatório final da CPI que possa ser oferecida ao MPF.

Os senadores também estudam a possibilidade de que tais investigações sejam enviadas à Justiça. Com o fim do foro privilegiado, processos que não se encontram nas alegações finais são enviados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) à primeira instância.

EVARISTO SA/AFP



Medida contra o ex-presidente é estudada por senadores governistas

» Moraes suspende perfis de bolsonaristas

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão dos perfis dos jornalistas bolsonaristas Guilherme Fiuza, Rodrigo Constantino e Paulo Figueiredo das redes sociais. Os apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro são investigados por divulgação de discurso antidemocrático e de ódio. Em segredo de justiça, os inquéritos apuram a divulgação de fake news, financiamento de milícias digitais e atos antidemocráticos.

Nas duas alternativas, os procedimentos poderão ser continuados ou arquivados se chegarem às mãos de outros procuradores.

A PGR pediu arquivamento da maioria das apurações preliminares contra Bolsonaro. A CPI denunciou o ex-presidente por epidemia com resultado morte; infração de medida sanitária preventiva; charlatanismo; incitação ao crime; falsificação de documento particular; emprego irregular de verbas públicas; prevaricação; crimes contra a humanidade e crimes de responsabilidade.

O STF recusou o arquivamento de ao menos dois pedidos feitos pela PGR: a das investigações por emprego irregular de verba pública e charlatanismo. Trata-se de crimes que, se somados, alcançam dois anos e três meses de prisão.

(Com informações da Agência Estado)

